



**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 2

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-552-5 DOI 10.22533/at.ed.525192108 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AFETIVIDADE SOB O OLHAR DE DOCENTES DE UM CURSO DA ÁREA DA SAÚDE	
Eliane Caldas da Silva Marcele Pereira da Rosa Zucolotto	
DOI 10.22533/at.ed.5251921081	
CAPÍTULO 2	14
A AFRICANIDADE PRESENTE NA OBRA DE IRINEU RIBEIRO	
Abinair Maria Callegari	
DOI 10.22533/at.ed.5251921082	
CAPÍTULO 3	27
A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ESTADO DO PARANÁ: A DÉCADA DE 1990	
Patricia da Silva Zanetti Isaura Mônica Souza Zanardini Lucia Terezinha Zanato Tureck	
DOI 10.22533/at.ed.5251921083	
CAPÍTULO 4	36
A IMPORTÂNCIA DA FESTA DO PINHÃO, PARA A VALORIZAÇÃO DA CULTURA NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO, LINHA DOS POMERANOS, AGUDO/RS	
Kátia Fernanda Barrim Paz Natália Laura Prodorutti Ricardo Henrique Klüsener	
DOI 10.22533/at.ed.5251921084	
CAPÍTULO 5	48
A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO PATERNO NO DESEMPENHO ACADÊMICO INFANTIL	
Lisiane Pires Silva Daniela Neris Gonçalves Morgana Mariano Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5251921085	
CAPÍTULO 6	64
A MESORREGIÃO NOROESTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DO PERFIL DEMOGRÁFICO E EDUCACIONAL DAS DESIGUALDADES DE UM BRASIL DESCONHECIDO	
Pablo Silva Machado Bispo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5251921086	
CAPÍTULO 7	78
A MÚSICA, O SOM E O SILÊNCIO NA CORPOREIDADE	
Ana Paula Silva Guimarães Wylka Aquino da Silva Alzenira de Carvalho Miranda Sônia Bessa	
DOI 10.22533/at.ed.5251921087	

CAPÍTULO 8	90
A PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA DA INTERDISCIPLINARIDADE PELO ENFOQUE DA EDUCAÇÃO	
Carmem Lúcia Albrecht da Silveira	
Munir José Lauer	
DOI 10.22533/at.ed.5251921088	
CAPÍTULO 9	102
A SUBVERSÃO DO CURRÍCULO: MÃE DE SANTO COM CURRÍCULO LATTES E OUTROS ENFRENTAMENTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO IFMS	
Guilherme Costa Garcia Tommaselli	
Gilmar Ribeiro Pereira	
Leandro Passos	
DOI 10.22533/at.ed.5251921089	
CAPÍTULO 10	114
ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ESTÁTICO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	
Wanessa Eloyse Campos dos Santos	
Josielen de Oliveira Feitosa	
Meire Ferreira Pedroso da Costa	
Robson Alex Ferreira	
Ruth Alves de Souza	
Sandra Simone Silva Cruz	
Viviany da Silva Brughnago	
DOI 10.22533/at.ed.52519210810	
CAPÍTULO 11	124
APRENDIZADO DO BRAILLE: ACESSO AO CONHECIMENTO E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO	
Márcia Raimunda de Jesus Moreira Silva	
Diná Santana de Novais	
Lucimara Morgado Pereira Lima	
Luciana Costa Souza	
Marta Martins Meireles	
Nélia de Mattos Monteiro	
Tháise Lisboa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210811	
CAPÍTULO 12	138
AS AÇÕES EDUCACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL DE INCLUSÃO PARA ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR: E AS IMPLICAÇÕES SÓCIOESPACIAIS	
Gilmar Oliveira da Silva	
Patrícia Almeida dos Santos	
Cristiane Oliveira dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.52519210812	
CAPÍTULO 13	145
ATENDIMENTO A ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: PROPOSTA DE POLÍTICA PARA REDES MUNICIPAIS DE ENSINO	
Kamile Lima de Freitas Camurça	
Gleíza Guerra de Assis Braga	
Antonio Nilson Gomes Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210813	

CAPÍTULO 14	150
<i>BULLYING</i> E DIREITOS HUMANOS: UM DIAGNÓSTICO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO EPAMINONDAS, CUIABÁ, MT	
Gilson Pequeno da Silva Deyvison Ronny da Silva Lopes Rodney Mario de Almeida Raquel Martins Fernandes Mota	
DOI 10.22533/at.ed.52519210814	
CAPÍTULO 15	156
COMO VAI O NOSSO TRÂNSITO?	
Jaci Lima	
DOI 10.22533/at.ed.52519210815	
CAPÍTULO 16	168
CONCEPÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E VIOLAÇÕES DESSES DIREITOS NA ATUALIDADE	
Roberta Moraes Simione Denize Aparecida Rodrigues de Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.52519210816	
CAPÍTULO 17	179
CONHECIMENTO E FORMAÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DO NÍVEL MÉDIO DA UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE GUERRERO	
Herlinda Gervacio Jiménez Benjamín Castillo Elías	
DOI 10.22533/at.ed.52519210817	
CAPÍTULO 18	191
DESAFIOS E POSSIBILIDADES: CULTURA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO EM DUAS EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	
Aruanã Antonio dos Passos Wilson de Sousa Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.52519210818	
CAPÍTULO 19	202
DESENVOLVIMENTO MOTOR DE UMA CRIANÇA COM MICROCEFALIA E PARALISIA CEREBRAL	
Josielen de Oliveira Feitosa Robson Alex Ferreira Wanessa Eloyse Campos dos Santos Ruth Alves de Souza Meire Ferreira Pedroso da Costa Sandra Simone Silva da Cruz Viviany da Silva Brughnago Victor da Cruz Valle	
DOI 10.22533/at.ed.52519210819	
CAPÍTULO 20	212
DIVISÃO DO TRABALHO EM CRECHES PÚBLICAS EM MEIO A DISPUTAS LEGAIS: O CASO DE MAUÁ/SP	
Sanny S. da Rosa Fernanda Feliciano de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.52519210820	

CAPÍTULO 21	233
“DO CÉU SÓ CAI CHUVA”: CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA	
Priscila Chuarts Alessio	
Márcia Andréa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.52519210821	
CAPÍTULO 22	244
EARLY DIAGNOSIS TO THE PEDIATRICS CANCER: THE TELE-EDUCATION IN FAVOUR	
Mariana Boulitreau Siqueira Campos Barros	
Kayse Mariano Santos Barros	
Magaly Bushatsky	
Jocasta Bispo de Santana	
Vera Lúcia Lins de Moraes	
Raul Antônio Moraes Melo	
Paula Rejane Beserra Diniz	
Magdala de Araújo Novaes	
Helana Maria Ferreira Renesto	
DOI 10.22533/at.ed.52519210822	
CAPÍTULO 23	257
INVERTENDO PRIORIDADES NAS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO	
Odorico Ferreira Cardoso Neto	
DOI 10.22533/at.ed.52519210823	
CAPÍTULO 24	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DOM PEDRITO	
Maria Helena Mena Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.52519210824	
CAPÍTULO 25	288
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: UM TRABALHO EM CONSTRUÇÃO	
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
Priscila Moreira Corrêa-Telles	
Lucianna Ribeiro de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.52519210825	
CAPÍTULO 26	297
ENSINO COLABORATIVO COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O TRABALHO COM ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALGUMAS REFLEXÕES	
Gislene de Sousa Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210826	
CAPÍTULO 27	307
ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS	
Michelle Castro Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210827	

CAPÍTULO 28	321
LETRAMENTO CARTOGRÁFICO NA GEOGRAFIA ESCOLAR: O <i>GOOGLE EARTH</i> COMO RECURSO DIDÁTICO NUMA PROPOSTA DE ENSINO HÍBRIDO	
Jonas Marques da Penha Andréa de Lucena Lira Alexsandra Cristina Chaves Rucélia Patricia da Silva Marques	
DOI 10.22533/at.ed.52519210828	
CAPÍTULO 29	334
LETRAMENTO E LEITURA LITERÁRIA NA ESCOLA	
Gislene de Sousa Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210829	
CAPÍTULO 30	345
LITERATURA INFANTIL NA ESCOLA: REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA NO DISCURSO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Camila Bonin Liebgott Rosa Maria Hessel Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210830	
SOBRE OS ORGANIZADORES	359
ÍNDICE REMISSIVO	360

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: UM TRABALHO EM CONSTRUÇÃO

Liliane dos Guimarães Alvim Nunes

Eseba/UFU- Uberlândia/MG

Lavine Rocha Cardoso Ferreira

Eseba/UFU- Uberlândia/MG

Priscila Moreira Corrêa-Telles

IFSP- Itaquaquecetuba/SP

Lucianna Ribeiro de Lima

Eseba/UFU- Uberlândia/MG

RESUMO: Esse artigo pretende apresentar algumas ações coordenadas pela área de Psicologia Escolar e Educação Especial da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (Eseba/UFU) no que se refere ao processo de inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial e alunos com dificuldades no processo de escolarização. Historicamente, todo o movimento de inclusão pode ser explicado a partir dos marcos históricos que registram mudanças políticas e de paradigmas conceituais e atitudinais. Para além dos marcos políticos relacionados à temática da inclusão escolar, vale ressaltar a importância de se discutir sobre o papel da escola na sociedade e a necessidade urgente de revisão das práticas escolares excludentes, ampliando o olhar para a diversidade humana em direção à uma educação inclusiva. Nessa perspectiva, a escola precisa deixar de ser um mero espaço de apropriação do conhecimento

para se transformar em um espaço de exercício da democracia, de respeito à diversidade étnica, física, sensorial, psicológica e social. Assim, defendemos que para que se efetive a educação inclusiva é preciso que os profissionais da educação e toda comunidade escolar posicionem-se criticamente diante das políticas públicas e das demandas relacionadas ao contexto educacional, buscando fazer uma leitura mais ampliada sobre a aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos, considerando suas especificidades, singularidades e seu direito de acesso e permanência na escola. Temos ciência dos desafios a superar no processo de escolarização pautado em uma perspectiva inclusiva, mas acreditamos nas possibilidades de transformações em uma trajetória necessariamente construída pela coletividade.

PALAVRAS-CHAVE: educação inclusiva, educação básica, políticas públicas, ações inclusivas.

ABSTRACT: This article intends to present some actions coordinated by the area of Psychology and Special Education of the School of Basic Education of the Federal University of Uberlândia (Eseba / UFU). It regards to the process of school inclusion of students targeted by special education and students with difficulties in the schooling process. Historically,

the whole movement of inclusion can be explained from the historical milestones that register both political changes and conceptual and attitudinal paradigms ones. Beyond the political milestones related to the school inclusion issue, it is worth emphasizing the importance of discussing the role of school in society and the urgent need to review exclusionary school practices, broadening the perspective of human diversity towards inclusive education. From this perspective, the school must be more than just a space for the appropriation of knowledge to become a space for the exercise of democracy, respect for ethnic, physical, sensorial, psychological and social diversity. Thus, in order to implement an inclusive education, we advocate that it is necessary for education professionals and the entire school community to position themselves critically in the face of public policies and demands related to the educational context. This requires a broader reading on the learning and development of all students, considering their specificities, singularities and their rights to access and stay in school. We are aware of the challenges to overcome in the schooling process based on an inclusive perspective, but we believe in the possibilities of transformations in a path necessarily built by the community.

KEYWORDS: inclusive education, basic education, public policies, inclusive actions.

Esse artigo pretende apresentar algumas ações coordenadas pela área de Psicologia Escolar e Educação Especial da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (Eseba/UFU) no que se refere ao processo de inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial conforme Decreto 7.611/11 (BRASIL, 2011) e alunos com dificuldades no processo de escolarização. Dentre o conjunto dessas ações, destaca-se o “Projeto Incluir: saberes e práticas inclusivas na educação básica”. Vale ressaltar que o conteúdo do referido artigo já foi publicado em Simpósio Internacional e sua versão original poderá ser acessado oportunamente. (NUNES et al., 2016).

Em âmbito nacional, nos últimos anos, o processo de inclusão escolar vem sendo gradativamente implementado nas escolas de ensino regular, com grandes desafios. Historicamente, todo o movimento de inclusão pode ser explicado a partir dos marcos históricos que registram mudanças políticas e de paradigmas conceituais e atitudinais.

Desde 1854, na época do Império, vêm se constituindo no Brasil propostas de inclusão escolar de pessoas com deficiência. Inicialmente, houve a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. Logo após este período, em 1926, criou-se Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência intelectual. Em 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e, em 1945, criada por Helena Antipoff a primeira instituição responsável por realizar um trabalho de atendimento educacional

especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que apontou o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Neste momento, percebe-se o início de um olhar para que os espaços educativos priorizassem uma orientação inclusiva. Um salto para o período que exerceu grande influência se refere à Constituição Federal de 1988. Este documento traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV).

Além da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, em seu artigo 55, reforça a importância do direito da criança ingressar na escola e, nesse sentido, percebemos que o movimento se amplia. Ainda na década de 1990, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) passaram a influenciar a formulação das Políticas Públicas da Educação Inclusiva.

Em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condicionou o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais” (BRASIL, 1994, p.19). Neste prisma, percebemos ainda a manutenção de um sistema integracionista, onde os pressupostos são construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem não provocando de fato uma mudança nas práticas pedagógicas no interior das escolas.

No caminho para a reflexão do movimento de inclusão, percebe-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, em seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Do período de 1999 a 2008, surgiram movimentos que preconizaram os diferentes aspectos provenientes ao processo de inclusão: o acesso à escola aos estudantes surdos, e a inclusão da Libras como disciplina curricular (Lei nº 10.436/2002); atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização e os demais serviços da educação especial (Decreto nº 6571/2008,

incorporado pelo Decreto nº 7611/2011); Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite (Decreto nº 7612/2011); Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012); Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, dentre outros.

Recentemente foi publicada a Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) que entrou em vigor em 2016, e tem um valor especial, por ser uma adaptação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU à legislação brasileira e trata da acessibilidade e da inclusão em diferentes aspectos da sociedade apresentando vários avanços como o de garantir que os direitos fundamentais das pessoas com deficiência sejam respeitados como: educação, transporte, saúde, acesso à informação, à comunicação, e à justiça.

Para além dos marcos políticos relacionados à temática da inclusão escolar anunciados aqui, vale ressaltar a importância de se discutir sobre o papel da escola na sociedade e a necessidade urgente de revisão das práticas escolares excludentes, ampliando o olhar para a diversidade humana em direção à uma educação inclusiva. Nessa perspectiva, a escola precisa deixar de ser um mero espaço de apropriação do conhecimento para se transformar em um espaço de exercício da democracia, de respeito à diversidade étnica, física, sensorial, psicológica e social.

Constata-se pela literatura especializada (JANUZZI, 2004; MAZZOTTA, 2001) que a educação especial, por muito tempo, se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado em substituição ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Esta forma de organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade consolidou, por muito tempo, um atendimento com enfoque clínico-terapêutico fortemente ancorado nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definiam as práticas escolares para os estudantes com deficiência.

Vemos que atualmente as terminologias e conceitos em torno da educação especial e educação inclusiva tem se modificado frequentemente numa busca de abarcar, cada vez mais, as especificidades dos sujeitos envolvidos, norteadas pelas políticas educacionais, bem como as propostas e práticas inclusivas que viabilizem aprendizagem e desenvolvimento a todos os estudantes.

Anache e Nuember (2015) chamam a atenção para a importância de se considerar a singularidade e subjetividade dos sujeitos, ampliando nossa compreensão sobre a diversidade do público-alvo da educação especial, para além daquele definido legalmente: “A despeito das diretrizes do Ministério da Educação (MEC), o que se considera sujeito da Educação Especial pode variar de acordo com o contexto, pois depende de diversos fatores históricos, pedagógicos e sociais” (ANACHE; NUEMBER, 2015 p. 54). Na percepção das autoras supracitadas é preciso que tenhamos cautela com a preponderância dos laudos médicos legitimados socialmente como verdades

absolutas, que definem ações programáticas na escola e que reforçam o fenômeno da medicalização da educação na atualidade. Assim tais autoras indicam que os sujeitos da educação especial devem ser considerados como um “grupo aberto aos avanços e às transformações do saber médico, educacional e antropológico, o que impõe às políticas públicas da área o desafio da necessidade de atualização constante”. (ANACHE; NUEMBER, 2015, p. 56-57).

Glat e Blanco (2007, p.30) ao se referirem à educação inclusiva afirmam:

A implementação de um sistema de Educação Inclusiva não é tarefa simples. Para oferecer um ensino de qualidade a todos os educandos, inclusive para os que têm alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem [...] a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade.

Vários autores (AMARAL, 2002; GLAT, 2002, 2007; MANTOAN, 2003, 2006; RODRIGUES, 2006) ressaltam os desafios da inclusão escolar e a responsabilidade conjunta de todos envolvidos nesse processo. Apontam ainda a precariedade dos cursos de formação docente para o trabalho inclusivo que, em sua maioria, não relacionam teoria e prática escolar.

Souza e Souza (2008) ao abordarem sobre a formação profissional para uma educação socialmente inclusiva consideram fundamental uma postura crítica diante da temática e das políticas públicas educacionais, uma vez que vários fatores interferem na efetivação dessa perspectiva. Sendo assim, as autoras alertam para a importância de se romper com:

a manutenção de formas hierarquizadas e pouco democráticas de implementação das políticas educacionais; a desconsideração da história profissional e política daqueles que fazem o dia-a-dia da escola; a implantação de políticas educacionais sem a necessária articulação com a devida infra-estrutura para sua real efetivação; a manutenção de concepções a respeito dos alunos e de suas famílias, oriundas das classes populares, que desqualificam parcela importante da população para a qual essas políticas são dirigidas; o desconhecimento das reais finalidades das políticas educacionais implementadas pelos próprios educadores; o aprofundamento da alienação do trabalho pedagógico e a busca desumana de significado e de sentido pessoal. (SOUZA; SOUZA, 2008, p.56).

Diante de tudo isso, defendemos que para que se efetive a educação inclusiva é preciso que os profissionais da educação e toda comunidade escolar posicionem-se criticamente diante das políticas públicas e das demandas relacionadas ao contexto educacional, buscando fazer uma leitura mais ampliada sobre a aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos, considerando suas especificidades, singularidades e seu direito de acesso e permanência na escola. Nesse sentido, tendo em vista a extensão desse texto, faremos um breve relato sobre a experiência relacionada à inclusão escolar, vivenciada há aproximadamente quinze anos na Escola de Educação Básica da UFU.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DE INCLUSÃO ESCOLAR NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UFU

As discussões sobre a temática da inclusão escolar iniciaram-se a partir de 2003 na Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (Eseba/UFU). Antes disso, reflexões isoladas aconteceram, porém ainda incipientes, visto que a escola, apesar de atender a um público diverso, ainda não contava com grande contingente de alunos público alvo da educação especial ou com dificuldades no processo de escolarização.

Em 2006 a área de Psicologia Escolar da escola supracitada implementou um Projeto de Inclusão com o objetivo de ampliar práticas favoráveis à inclusão escolar, além de efetivar ações inclusivas de caráter político-administrativo e pedagógico contribuindo, inclusive, com a formação continuada dos professores em serviço. Em 2009 priorizaram-se ações de sensibilização e formação continuada de professores tendo em vista a necessidade apresentada pelos docentes de maior instrumentalização e orientação para trabalhar numa perspectiva inclusiva. Em 2010, a Eseba/UFU foi contemplada com uma vaga de docente especializada em educação especial, que implantou desde o seu ingresso na escola o Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como outras ações inerentes ao trabalho específico com alunos público da educação especial. Desde esse ano a área de Psicologia Escolar na Eseba/UFU passou a ser denominada “Área de Psicologia Escolar e Educação Especial”, buscando abarcar o trabalho de apoio escolar a alunos com dificuldades no processo de escolarização e também com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtorno global de desenvolvimento (dentre eles, transtorno do espectro autista).

Reconhecemos que muitos fatores dificultam o processo de inclusão escolar, dentre eles ressaltamos: qualificação profissional do corpo docente; falta de recursos e materiais apropriados, barreiras arquitetônicas e físicas, barreiras humanas e atitudinais presentes nas práticas pedagógicas. Sendo assim, diante das novas demandas educacionais surgidas ao longo dos anos na Eseba/UFU, a área de Psicologia Escolar e Educação Especial da referida escola reformulou seu projeto de Inclusão, fazendo alguns ajustes em seu formato e título, passando a nomeá-lo: “**Projeto Incluir: saberes e práticas inclusivas na educação básica**” com o objetivo maior de ampliar as ações que envolvem as temáticas da Educação Especial e Educação Inclusiva na Educação Básica por meio de diferentes estratégias formativas com professores, estagiários, alunos, famílias e comunidade (equipe multidisciplinar, profissionais e instituições especializados, dentre outros) procurando atender às demandas provenientes do cotidiano escolar, que envolvem tanto alunos público da educação especial, quanto alunos com dificuldades no processo de escolarização.

Quanto aos objetivos específicos do **Projeto Incluir** ressaltam-se: 1) contribuir para a efetivação do processo de inclusão escolar, viabilizando a participação

ativa dos alunos nas atividades escolares com seu grupo de referência e outros grupos; 2) orientar planejamentos de ensino e estratégias de atuação junto aos alunos para que seja explorado seu potencial criativo, cognitivo, afetivo, social, etc. 3) fortalecer as discussões sobre inclusão na escola como um todo, promovendo reflexões permanentes sobre o tema, a fim de sensibilizar o corpo docente sobre a importância de se trabalhar nessa perspectiva; 4) participar dos encontros e discussões institucionais, em nível local, nacional, para garantir a continuidade das discussões na escola, e um trabalho consoante com as tendências educacionais atuais; dentre outros.

Tal projeto é desenvolvido nas dependências da Eseba/UFU e sua metodologia de execução envolve a realização de diversas ações em caráter inclusivo com alunos e professores. Destacam-se: levantamento dos interesses e necessidades dos professores em torno da temática educação especial e inclusiva; construção e mediação das discussões junto aos professores, alunos, famílias e toda a comunidade escolar; realização de encontros científicos, mesas-redondas, seminários visando ao debate e socialização sobre o tema; produção e apresentação de trabalhos de natureza científica em eventos da Educação, Psicologia e áreas afins; orientação de estagiários, cuidadores e outros atores envolvidos no processo de inclusão na escola; realização de intervenções pedagógicas e psicoeducacionais individuais e/ou em grupos para atender demandas dos alunos; atendimento educacional especializado; realização de discussões de casos multidisciplinares, tanto presenciais, quanto virtuais (via *skype*, vídeo conferência), com o intuito de obter e trocar informações para melhor análise e encaminhamento dos casos na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos construir uma forma de atuação na Eseba/UFU que rompa com o modelo médico e com a visão reducionista em que o sujeito é visto por sua deficiência ou dificuldade, deixando muitas vezes de desenvolver-se em função dessa expectativa já anunciada de fracasso. Defendemos que o desenvolvimento integral do sujeito, seja ele com ou sem deficiência, depende de um conjunto de fatores que se articulam, a saber: biológico, social, psicológico, cultural, histórico. (NEVES; MACHADO, 2007; ROSSATO; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2011).

Nessa perspectiva, consideramos que os princípios de uma proposta de educação inclusiva são condizentes com práticas que considerem as potencialidades do sujeito, sua história de vida, suas experiências de escolarização, aliadas à busca da consolidação de processos de ensino com objetivos, recursos e estratégias diversificadas que visem atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes. (ANACHE, 2011).

Assim, na direção de oferecer um trabalho que atenda às demandas decorrentes

do processo educacional que abarca tanto alunos público alvo da educação especial, quanto alunos com dificuldades no processo de escolarização muitas ações são planejadas e implementadas em nosso cotidiano, conforme relatadas anteriormente. Percebemos que muitas dessas ações têm apresentado efeitos positivos e têm colaborado, tanto com o público atendido, quanto para a transformação da cultura escolar na Eseba/UFU, ampliando a visão sobre o papel da escola na formação integral de todos os alunos.

Temos ciência das dificuldades vivenciadas ao longo dos anos e dos desafios a superar por todos os envolvidos no processo de escolarização pautado em uma perspectiva inclusiva, desde a ruptura com paradigmas niveladores, até o alcance efetivo de práticas educacionais favorecedoras da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes, independentemente de suas condições. Sustentadas por tais convicções e pelo compromisso ético-político como educadoras, defendemos que a escola é um *lócus* privilegiado para que tais transformações aconteçam e acreditamos que a mudança tão almejada de paradigmas se dá a passos lentos e contínuos, em uma trajetória necessariamente construída pela coletividade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. Diferenças, estigma e preconceito: os desafios da inclusão. In TRENTO, D.; KOHL, M. e REGO T. (Org.). **Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea**. São Paulo: Editora Moderna, 2002. p. 233-248.

ANACHE, A. A. Aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual: desafios para o professor. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, A.; TACCA, M. C. V. R. (Orgs.). **Possibilidades de aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldades e deficiência**. Campinas: Alínea, 2011. p. 109-138.

ANACHE, A. A.; NUEMBERG, A. H. Sociedade contemporânea, subjetividade e educação especial na perspectiva inclusiva. In: ANACHE, A. A.; SCOZ, B. J. L.; CASTANHO, M. I. S. **Sociedade contemporânea: subjetividade e educação**. São Paulo: Memnon, 2015. p. 54-74.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, através da Resolução CNE/CEB nº 2/2001. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Diário Oficial da União**. Brasília, MEC: SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.764/2012. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (estatuto da Pessoa com deficiência). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2015.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**, Brasília, v. 24, ano 14, p. 22-27, 2002.

GLAT, R.; BLANCO, L de M. V. Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva. In GLAT, R. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro. 7 Letras, 2007. p. 15-35.

GLAT, R. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro. 7 Letras, 2007.

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (org). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, M. M. B da J.; MACHADO, A. C. A. Psicologia Escolar e Educação inclusiva: novas práticas de atendimento às queixas escolares. In MITJÁNS MARTÍNEZ, A. **Psicologia Escolar e compromisso social**. Campinas, São Paulo: editora Alínea, 2007. p.135-151.

NUNES, L. G. A.; FERREIRA, L. R. C.; CORRÊA, P. M.; LIMA, L. R. **Psicologia Escolar e Educação especial: construindo um trabalho inclusivo na Escola de Educação Básica da UFU**. In Anais do VIII Simpósio Internacional O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente (ISSN 978-85-7078-217-5). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2016. p. 1423-1442. Disponível em: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/anais_do_viii_simposio_internacional_o_estado_e_as_politicas_educacionais_no_tempo_presente_-x_seminario_regional_sudeste_da_anpae.pdf

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação - Doze Olhares sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006. p. 299-318.

ROSSATO, M.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. A superação das dificuldades de aprendizagem e as mudanças na subjetividade. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, A.; TACCA, M. C. V. R. (Orgs.). **Possibilidades de aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldades e deficiência**. Campinas: Alínea, 2011. p. 71-107.

SOUZA, M. P. R de; SOUZA, D. T. R. de. Formação Profissional para uma Educação Socialmente Inclusiva. In BRASILEIRO, T. S. A.; AMARAL, N. F. G.do; VELANGA, C. T. **Reflexões e sugestões práticas para a atuação na Educação Infantil**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2008. p. 45-58.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipar, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade 1, 12

B

Braille 27, 28, 34, 35, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Bullying 150, 151, 152, 155

C

Controvérsias jurídicas 212, 224

Creche 212, 232

Currículo 30, 33, 34, 35, 92, 105, 113, 212, 231, 358

D

Deficiência Visual 27, 30, 32, 33, 35, 125

Desenvolvimento 51, 62, 66, 71, 76, 78, 100, 152, 202, 211, 223, 224, 225, 226, 260, 285, 300, 305

Desenvolvimento Motor 202

Direitos humanos 178

Disciplina 90

Diversidade 113, 287, 302

Divisão do trabalho 212

E

Educação 2, 5, 2, 12, 13, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 61, 64, 65, 66, 67, 70, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 88, 90, 91, 100, 102, 103, 113, 114, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 136, 137, 138, 140, 141, 144, 146, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167, 168, 177, 178, 191, 192, 200, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 243, 255, 257, 258, 259, 260, 262, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 301, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 314, 319, 321, 327, 332, 333, 334, 344, 345, 358, 359

Educação do Campo 36, 273, 275, 276, 280, 286, 287

Educação Especial 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 124, 125, 126, 136, 137, 146, 149, 273, 276, 277, 280, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 295, 296, 301, 302, 304, 305, 306

Educação Inclusiva 126, 127, 138, 140, 144, 146, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 286, 287, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 302, 306

Ensino 1, 29, 34, 35, 64, 72, 73, 78, 103, 150, 183, 184, 185, 186, 192, 193, 200, 225, 257,

259, 260, 261, 262, 263, 267, 272, 297, 299, 300, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 312, 314, 319, 320, 321, 322, 323, 325, 332, 335, 337, 342, 347, 359

Ensino aprendizagem 78

Ensino Colaborativo 297, 299, 300, 303, 304, 305, 306

Ensino Superior 1, 267, 359

F

Formação Continuada 273, 276

G

Gestão Educacional 64, 257

I

Interdisciplinaridade 90, 91, 100

L

Leitura literária 342

M

Microcefalia 202, 211

Musicalização Infantil 78

P

Paralisia Cerebral 202, 204

Percepção 149, 179, 183, 186, 187

Pessoa com deficiência visual 27

Política educacional 27

Prática Pedagógica 125

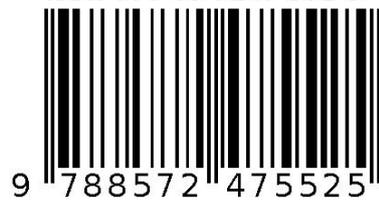
Práticas Docentes 1

S

Sistema Nacional de Educação 257, 258, 272

Surdos 138, 141, 289

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-552-5



9 788572 475525